

## **DES-EMBRANQUECENDO A CIDADE:**

desafios e propostas no campo dos estudos urbanos

**Gabriela Leandro Pereira (Doutora em arquitetura e urbanismo pela da Universidade Federal da Bahia. Profª da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia)**

**Natália Alves da Silva (Mestra em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG)**

### **RESUMO GERAL**

Tomando como referência o processo de constituição das cidades brasileiras, esta sessão livre propõe tensionar, a partir de trabalhos de investigações que transitam entre a teoria e prática, algumas das dimensões relacionadas à formalidade hegemônica de produção de/sobre a cidade, ainda pautada em abordagens excludentes e parciais.

Embora em muitos campos disciplinares e áreas de conhecimento específicas, os estudos da negritude e de gênero tenham uma trajetória já extensa e consolidada, no campo da arquitetura e do urbanismo, tais abordagens, sobretudo no Brasil, não se realizaram com expressividade. Os efeitos das forjadas teorias em torno de uma suposta “democracia racial” ainda povoam argumentos que visam deslegitimar a necessidade de tensionamento do campo, enquanto naturaliza-se as formulações em torno das contribuições eurocêntricas, sem que a elas seja atribuída quaisquer conotações raciais. A produção arquitetônica e urbanística nacional tem a pele branca, e despercebe as estruturas raciais.

A naturalização do lugar branco nos estudos urbanos tem gerado enormes prejuízos para a compreensão do espaço urbano brasileiro como: a construção da divisão entre centro e periferias racializadas; as fronteiras invisíveis que definem a experiência dos sujeitos na cidade; a invisibilização dos quilombos e terreiros de religiões afro-brasileiras; e o próprio reconhecimento de formas decoloniais, contra-coloniais e coletivas de produção dos territórios, que não cabem em categorias centradas na experiência da Europa.

Por outro lado, os espaços acadêmicos tem uma carga histórica, tanto em suas formações quanto nos acessos e permanências a favor dos grupos dominantes. Continuamente, o estudo de grupos subalternizados reproduzem e justificam as hierarquias de classe, gênero, raça e sexualidade. Percebe-se o mesmo nos estudos baseado em modelos positivistas, nos quais os pesquisadores elaboram discursos que se pautam em resolver problemas, normalizando o lugar branco; e nas abordagens pós-estruturalistas, que apesar da chave da multiplicidade, tende a confundir o reconhecimento de outras epistemologias e racionalidades, com exaltação de "exoticidades" ou "glamourização" despolitizada dos

"outros", travestidos de pluralidade ancorada no paradigma da diferença. Nesse sentido não se trata de considerar raça e gênero pensando em estudos “sobre o negro” ou “sobre a mulher” mas debater as dimensões de privilégio contidas na branquitude e no heteropatriarcado como sistemas de poder que operam de maneira integrada como agentes produtores do espaço.

Isso se dá não por acaso, mas fruto de uma herança escravocrata e genocida da nossa sociedade. Mesmo após 130 anos de abolição, são perpetuados os efeitos do racismo como elemento estruturador no pensamento e formação das cidades. As próprias condições da abolição, conforme código de posturas editado na época, proibiam a posse de terras por negras e negros, dando continuidade e atualizando a desigualdade racial até os dias de hoje.

Como indica Campos (2006), essas práticas, ao longo do tempo, são cristalizadas e levam tanto o planejamento e os planejadores como a própria sociedade, a criar signos e valores que os façam acreditar que, dada sua permanência na história, elas sempre se fizeram presentes. Assim, certamente, o direito à cidade ainda é racialmente condicionado, uma vez que a lógica de produção da cidade segue marginalizando grupos e também privando-os de exercer suas subjetividades nesse espaço.

A análise do campo da arquitetura e urbanismo através dos tempos e das temporalidades é uma das abordagens possíveis para expor as capilaridades do racismo na cidade e na exclusão histórica dos espaços de validação de conhecimento, assim como, para nos permitir entender as conjugações das produções, das desigualdades, dos ritmos e fluxos sócio-culturais afro brasileiros.

Partindo dessas questões estruturantes da cidade e sociedade brasileira, é sintomático a exclusão das mulheres negras pautando assuntos que tangem o fazer arquitetônico e urbanístico. Ao mesmo tempo, elas, as mulheres negras, sempre estiveram, na prática, provendo a existência coletiva. É no sentido de reivindicar o reconhecimento desse lugar, e sua “continuidade histórica” (Nascimento, 1988), que essa sessão livre está sendo proposta por cinco mulheres negras, a partir da pluralidade de nossas vivências neste campo - cujo pensamento crítico é frequentemente cerceado. As reflexões desdobradas aqui, perpassam pela lógica de não se abster das experiências racializadas de cidade, dos acúmulos intelectuais, reflexivos e subjetivos, para acessar e produzir no campo dos estudos urbanos e arquitetônicos. Tendo em o quadro descrito acima, torna-se urgente e necessário disputar as narrativas sobre o urbano, visando abrir espaços para que outras surjam, reparando um processo histórico de apagamentos.

Isto posto, podemos apontar que, do atlântico negro às suas reterritorializações em quilombos, favelas, periferias, centros urbanos, práticas, manifestações culturais e grandes projetos urbanos, as dimensões diaspóricas adquirem espacialidades próprias produzindo redes e territórios. A cidade, nesse sentido, eclode desse cruzamento de significados, no qual as territorialidades negras reinventam territórios e formas de existir. Portanto, é nessa chave que os trabalhos apresentados nessa sessão investigam processos, teorias, práticas e movimentos socioespaciais no incurso das urbanidades distintivas das cidades brasileiras. Maria Luiza Rodrigues propõe a reflexão sobre problemáticas ainda encontradas no pilar da teoria urbana utilizada amplamente no campos da arquitetura e urbanismo, estabelecendo um diálogo com relações epistemológicas articuladas sob a perspectiva decolonial e, associando-as à cosmopolítica religiosa afro-brasileira como forma de pensar a produção das

ciudades. Gabriela Pereira direciona a abordagem para a temporalidade da presença negra em terras brasileiras, visando a reflexão sobre as eleições e supressões históricas e epistemológicas, assim como o branqueamento dos marcadores territoriais da negritude. Natália Alves discutirá a contribuição do pensamento feminista negro para o debate sobre o espaço, partindo de uma interlocução entre a contribuição de teóricas desse pensamento e os processos de luta das ocupações urbanas, protagonizadas por mulheres negras, em Belo Horizonte-MG, o que possibilita pensar em uma interseccionalidade espacial dos processos de opressão e resistência. Emmily Castro seguirá sua construção a partir do aprofundamento da reflexão sobre as relações entre pessoas e territórios a partir da interlocução com grupos culturais que possuem influências afro-brasileira e diaspóricas que se realizam em territórios periféricos da região noroeste do município de São Paulo. E, Luciana Mayrink irá relacionar o processo de expansão urbana com o processo de branqueamento do território, a partir do estudo de caso Vargem Grande, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, que tem sido alvo de investidas imobiliárias voltada a grupos sociais específicos, excluindo deste processo os próprios moradores locais residentes em favelas e quilombos.

Adotando como ponto de partida a apresentação dos trabalhos de pesquisa informados pelos cruzamentos complexos entre gênero, raça e cidade, a sessão se constitui em uma encruzilhada analítica. A encruzilhada é entendida como um tempo/espaço de potência onde os caminhos se atravessam, dialogam, se contaminam, gerando efeitos de encantamento do saber e desestabilização de verdades únicas, buscando abrir e fortalecer novos campos de reflexão e possibilidades sobre o espaço urbano e seus modos processuais de existências.

## REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Geri (2016). Transnacionalismo negro: a encruzilhada de amefrican@s. Em: Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 25, n. 45, p. 25-38, jan./abr. 2016

CAMPOS, Andreilino. O planejamento urbano e a “invisibilidade” dos afrodescendentes: Discriminação étnico-racial, intervenção estatal e segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro. 2006. 392 f. Tese, Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

COLLINS, Patricia Hill (2000). Black feminist thought : knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. New York: Routledge, 2nd ed, 2000.

GONZALEZ, Lélia (1984). Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. Rio de Janeiro: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, p. 223-244

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Kilombo e memória comunitária – um estudo de caso. Rio de Janeiro, Estudos Afro-Asiáticos 6-7, pp. 259-265.

## NA TRAMA A COSMOPOLÍTICA AFRO-BRASILEIRA: A CIDADE EM PERSPECTIVA DECOLONIAL

**Maria Luiza de Barros Rodrigues (Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Federal do Espírito Santo/UFES)**

Traçando um paralelo com a proposta geral, esta discussão da sessão possui o intuito de abordar o problema brasileiro ainda encontrado no pilar da teoria urbana que nos é apresentada. Abordando dois níveis de análise que se complementam, em primeiro nível, disponho uma discussão sobre o quanto estamos vulneráveis ao perigo da história única dentro dos padrões da arquitetura e urbanismo. Para tal, estabeleço um diálogo com relações epistemológicas que vêm sendo articuladas sobre os estudos urbanos e suas teorias, sob a perspectiva decolonial como ponto de entrada. Entendendo que a urbanização no Brasil apresenta insurgências que são melhor entendidas fora de uma estrutura sustentada na ótica eurocêntrica e/ou norte-americana, de fato, é indispensável buscar meios de compreender a alteridade nos modos de pensar e produzir arquitetura e urbanismo. Assim, ao segundo nível da discussão o olhar é direcionado ao sistema cosmopolítico religioso afro-brasileiro como parte da produção do território, o que na literatura dos estudos urbanos ainda não é referido como um sistema pertencente, e que, é possível agenciar outros modelos para o encontro das diferenças nas cidades.

## **DES-EMBRANQUECER A CIDADE: APONTAMENTOS SOBRE OS MARCADORES TERRITORIAIS DA NEGRITUDE**

**Gabriela Leandro Pereira (Profª na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia/UFBA)**

A temporalidade da presença negra em terras brasileiras é dilatada o suficiente para supor que seu assentamento histórico, desde os deslocamentos de África ao refazimento de relações e espacialidades a partir de movimentos específicos de reterritorializações, afetem o modo como a sociedade e as cidades brasileiras se constituem. Se o espaço se realiza como “tempo acumulado” e o lugar como “espaço do acontecer solidário”, como define o geógrafo Milton Santos (1988), é fato que o processo de constituição de coletividades negras do lado de cá do Atlântico, desde o século XVI, atuam na qualificação desses novos arranjos espaciais (RATTS, 2006). Conquistar, construir e imaginar territórios são práticas próprias da negritude, presentes no modo de operar a vida de Bakari II - navegador da Guiné que chegou às Américas no século XIV - à Zumbi - líder do Quilombo dos Palmares no século XVII; de Luisa Mahin – articuladora da Revolta dos Malês no séc. XIX -, à Marie Sainte Dédée Bazile- heroína de Revolução Haitiana no século XIX. Provoca-se, nesse sentido, uma reflexão sobre as eleições e supressões históricas e epistemológicas que pautam o campo da arquitetura e urbanismo, assim como o branqueamento dos marcadores territoriais da negritude.

## **FEMINISMO NEGRO E ESPAÇO: UMA ABORDAGEM INTERSECCIONAL**

**Natália Alves da Silva (Mestra em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG)**

A apresentação tem como objetivo discutir a contribuição do pensamento feminista negro para o debate sobre o espaço. Essa proposta parte da construção de um espaço de contribuição, a encruzilhada (Augusto, 2016), ferramenta epistemológica que une em um mesmo espaço-tempo feministas negras - Patricia Hill Collins, Bell Hooks, Lélia Gonzalez, Maria Beatriz Nascimento - e intelectuais lideranças da Ocupação Rosa Leão, Izidora, Belo Horizonte-MG, território onde a autora compartilhou as reflexões que teceram sua pesquisa. Nessa perspectiva, busca-se destacar do pensamento feminista negro a interseccionalidade, como uma formulação potente para captar a simultaneidade das relações de opressão de gênero, raça, classe, sexualidade e outras que constituem a sociedade, formando uma complexa trama que envolve opressão e ativismo. A partir de sua costura com a produção do espaço e com o caso situado da Ocupação Rosa Leão, se constitui a proposta de interseccionalidade espacial como o reconhecimento de que a interseccionalidade é um processo espacial que se dá nos, pelos, sob e entre os corpos. Nesse sentido se reconhece que a espacialidade é interseccional, em que raça, classe, gênero e espaço são processos co-constitutivos, sendo a produção do espaço a produção simultânea de subjetividades marcadas.

## MOVIMENTOS CULTURAIS AFRO-BRASILEIROS E SEU POTENCIAL TRANSFORMADOS NOS TERRITÓRIOS

Emmily C. Leandro Castro (Pós-graduada em Planejamento e Gestão Urbana através do programa de Residência realizado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo/FAU-USP)

A discussão busca apresentar uma visão de território que extrapola os dados demográficos e se aprofunda nas relações existentes, ou seja, como as pessoas se relacionam com a região onde vivem. Como essas relações se estabelecem nas periferias através dos grupos culturais que, em sua maior parte, bebem da fonte afro-brasileira e diaspórica, conectando-se com outras áreas além da cultura, como por exemplo o desenvolvimento local. Invertendo-se assim o paradigma da carência, estabelecido a partir dos índices de vulnerabilidade e expandindo-se para o 'paradigma da potência de possibilidades', como define o geógrafo Jailson de Sousa (2016). A concepção de território, muitas vezes, está ligada à sua materialidade, mas, quando se trata do movimento cultural, o território pode se dar em rede e um mesmo espaço pode estar sempre sendo ressignificado. O papel da cultura, principalmente nos territórios periféricos, é carregado por um vetor transdisciplinar, com a capacidade de gerar impactos sociais partindo do local e expandindo para a cidade. Nessa discussão será apresentada a experiência da palestrante em contato com os movimentos culturais ou 'quilombos culturais', como os próprios grupos se auto intitulam, localizados em Perus, na região noroeste do município de São Paulo.

## PROCESSO DE BRANQUEAMENTO DO TERRITÓRIO E O PROJETO DE ESTRUTURAÇÃO URBANA VARGENS: A EXPANSÃO URBANA NO RIO DE JANEIRO

Luciana da Silva Mayrink (Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro - PROARQ / FAU/ UFRJ)

Este trabalho se dedica a relacionar o processo de expansão urbana com o processo de branqueamento do território. A partir do Estudo de Caso, Vargem Grande, bairro da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, estabelecem-se as relações necessárias para compreensão da modificação do tipo e da forma de ocupação urbana de uma paisagem. A ocupação territorial da cidade foi estabelecida a partir da região central, a seguir com as linhas férreas e posteriormente se estendendo pela orla, por áreas alagáveis e pantanosas. Atualmente, contrariando a divisão da cidade em macrorregiões a definindo como condicionada, têm sido apresentadas modificações no Projeto de Estruturação Urbana Vargens, última proposta legislativa, com a finalidade de transformar a sub-bacia da Zona dos Canais em uma continuação da malha do bairro adjacente atendendo aos anseios do mercado imobiliário para propriedades de alto padrão. Áreas alagáveis e ribeirinhas são regularmente alvo de ocupações irregulares na região e são caracterizadas pelo processo de favelização. Essa população, que apresenta a predominância de pessoas negras, está exposta da mesma forma à vulnerabilidade social e de inundações. Para tanto, se recorre a uma perspectiva histórica e socioambiental da região, relacionando o momento de transição urbana presente e futuro.